



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

MBA em Gestão pública com ênfase em cidades
inteligentes

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8.	Estágio Não Obrigatório.....	5
9.	Matriz Curricular	6
10.	Carga Horária	7
11.	Conteúdo programático.....	7
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica.....	36

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: MBA em Gestão Pública com ênfase em cidades inteligentes

Área de Avaliação (CAPES): Administração, ciências contábeis e turismo

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6.000.00-07)

Área do Conhecimento (CAPES): Administração (60200006)

Classificação OCDE: 3 – ciências sociais, negócios e direitos

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de oferecimento: O curso possui entrada intermitente, com duração de 10 meses.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

Servidores públicos e agentes políticos graduados em nível superior, bacharéis graduados especialmente em Exatas, Engenharias, Arquitetos, Ciências Sociais, Ciência Política, Administração, Direito, Economia, Ciências Contábeis e demais profissionais graduados com motivação e potencial para a realização de estudos acadêmicos aplicados à Administração Pública voltada para a tendência das chamadas Cidades Inteligentes.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

As mudanças na Administração Pública abrem espaço para a dinamização dos gastos públicos, tanto na esfera Federal, quanto nos Estadual e Municipal. Nos últimos anos, verifica-se a combinação de conceitos e práticas da esfera privada para a pública, que possibilitam uma gestão mais ágil e transparente e que agregado aos conceitos de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência operacional e resultados, permitem agregar valor mediante implementação de soluções tecnológicas.

Portanto, no cenário de transformações tecnológicas, há a necessidade e um universo inexplorado de possibilidades para aumentar eficácia e eficiência dentro dos espaços urbanos atuais. No entanto, ocorre, inclusive por motivo de falta de mão de obra qualificada, um movimento razoavelmente lento entre as teorias da administração pública estudadas e a efetiva aplicação prática no cotidiano das organizações burocráticas, principalmente no âmbito municipal.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- O curso objetiva formar profissionais de nível superior para atuarem na administração pública, de modo a preparar os futuros gestores para planejar, organizar, dirigir e avaliar projetos tecnológicos e de acessibilidade, contribuindo para a solução de problemas organizacionais.

6.2. Objetivos Específicos

- Municiar o aluno com os fundamentos da Administração Pública e do seu planejamento por meio da análise das relações políticas e sociais que se estabelecem na definição do modelo de Estado e dos mecanismos de regulação estatal, bem como dos fundamentos do modelo financeiro adotado no país em análise comparativa internacional. As modernas ferramentas da gestão dos recursos humanos serão avaliadas em perspectiva comparada com os modelos operados na iniciativa privada e em outros órgãos públicos nacionais e internacionais.
- Dotar o aluno de visão acerca das regulações do Estado, por meio das leis de Licitações e Contratos, Tributação, Orçamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como da aplicação do Estatuto da Cidade entre outras normas a fim de propiciar uma atuação eficaz e norteadas pela legalidade; serão analisados também como se dá a definição, gestão e controle dos gastos e investimentos da Administração Pública e também como se estabelece a comunicação com a sociedade, bem como quais são os fundamentos legais que a orientam.
- Capacitar os alunos para atuar na Administração Pública, por meio das modernas ferramentas tecnológicas necessárias para uma administração eficaz, possibilitando a

identificação e o desenvolvimento de oportunidades digitais e de acessibilidade para realizar o aprimoramento da prestação de serviços públicos junto a população.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

No ambiente virtual o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizado em 4 ou 8 aulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades:

- ✓ Leitura de textos de fundamentação teórica.
- ✓ Acesso às videoaulas.
- ✓ Aprofundamento dos seus conhecimentos, acessando elementos extratextuais.
- ✓ Realização de questões de autoestudo, para verificação de seu desempenho.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas, por meio de ferramentas de comunicação.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação

Ele, também, deverá se submeter a uma prova presencial (1ª chamada) por disciplina e ao seu desempenho será atribuída uma nota. Essa prova presencial será agendada pelo aluno, respeitando o prazo de até 8 (oito) dias após a data fim da última disciplina de seu curso.

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

A média final do aluno na disciplina será calculada pela nota obtida nas atividades a distância, com peso 4 (quatro), e pela nota obtida na prova realizada presencialmente, com peso 6 (seis).

Para a aprovação na disciplina, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), computada pelo acesso ao ambiente virtual.

Se o aluno perder a 1ª chamada de Prova Presencial, poderá requerer, via sistema ou no polo de apoio, a 2ª chamada da prova, no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, a contar da data da realização da atividade em questão.

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) terá direito à Avaliação Substitutiva, sendo:

- Disciplinas Específicas: mediante a solicitação de requerimento até 60 (sessenta) dias após a data fim do curso, e substituirá a média do aluno. Ressalta-se que só terá direito à realização da Avaliação Substitutiva o aluno que realizar a Prova de 1ª ou 2ª chamadas. A avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.
- Disciplina Metodologia da Pesquisa Científica: mediante a solicitação de requerimento, até 8 (oito) dias após a data fim da disciplina, a nota obtida substituirá a média do aluno. A

avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.

O aluno que não realizou a Avaliação de 1ª e 2ª chamadas ou não obteve média igual ou superior a 7,0, após realizar a Avaliação Substitutiva, terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento até o período de duração do curso X 2 (dois) menos 90 dias. O PDR será realizado no ambiente virtual, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas;

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo mínimo 30% (trinta por cento) portadores de título de pós-graduação *strictu sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *strictu sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso em conjunto com o professor orientador e também do Departamento de Estágios, devendo conter os seguintes dados:

- I. matrícula regular especificando o semestre;
- II. disciplinas ou habilidades imprescindíveis ao seu desenvolvimento;
- III. atividades a serem desenvolvidas;
- IV. supervisor de campo;
- V. seguradora e apólice de seguro;
- VI. bolsa-auxílio ou contraprestação;
- VII. auxílio-transporte;
- VIII. período de realização;
- IX. período (s) de recesso; e
- X. carga horária diária e semanal.

A orientação de estágio curricular pelo Departamento de Estágios deverá ser realizada por meio de orientação indireta mediante relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio, além da utilização das tecnologias de informação e comunicação para contato das partes envolvidas.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ambientação	0h
Planejamento estratégico na gestão pública	40h

Inovações e sistemas tecnológicos de apoio à gestão pública	40h
Estratégias de captação de recursos para o setor público	40h
Licitações e lei de responsabilidade fiscal	40h
Lei anticorrupção: comparações entre a lei brasileira e outros sistemas anticorrupção	40h
Instrumentos de intervenção urbana	40h
Construções inteligentes e sustentáveis	40h
Gestão da mobilidade e acessibilidade urbana	40h
Tendências e inovações	40h
Metodologia da Pesquisa Científica	40h
CARGA HORÁRIA TOTAL	400h

10. Carga Horária

A carga horária total do curso é de 400 horas, sendo distribuídas em 10 (dez) diferentes disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Instrumentos de intervenção urbana

Ementa: Busca-se com esta disciplina compreender como as noções de cidade e política são indissociáveis, regulando a participação dos sujeitos na intervenção do urbano e no urbano, preconizando modos de agir, conhecimentos, divisões territoriais, direitos e deveres. Para tal, iniciamos com a própria constituição da cidade e sua regulação da política na Grécia e Roma da antiguidade. Seguimos para um recorte da cidade moderna e sua configuração intimamente ligada ao desenvolvimento capitalista, que configura um modo de vida e possibilidades de intervenções específicas. Tal modo de vida urbano, instaurado na modernidade com o desenvolvimento do capitalismo industrial, configura então um tipo de sociabilidade típica das grandes metrópoles, geradora de subjetividades e interações específicas neste contexto. O mapeamento da cidade e a determinação das funções sociais dos espaços instauram certos regimes de poder e formas de conhecimento específicas e legitimam e regulam seus trânsitos e permanências. Contudo, como todo poder configura resistências, voltamos aos possíveis “espaços heterotópicos”, cuja função social extrapola suas prescrições práticas, geradores de outros tipos de sociabilidade: espaços que se abrem nos espaços demarcados da cidade. Ao pensarmos a intervenção (artística, política, ideológica) na

cidade, voltamo-nos ao cenário atual para pensar algumas intervenções urbanas e como estas tencionam uma linha entre arte e depredação. Por fim, refletiremos como as intervenções no espaço citadino (legais, ilegais, artísticas, políticas, da gestão pública, etc.) fazem parte de um território que se remapeia constantemente: a cidade como espaço dinâmico, atravessada por interesses diversos e palco da vida e da interação dos sujeitos.

Conteúdo Programático 1: Quem pode intervir na cidade? A noção de cidade, sua criação e normatização como espaço da política na antiguidade grega e romana.

Abordaremos os seguintes aspectos: a noção de política e sua origem grega e romana; a Polis grega e a noção de democracia; a *civitas* e a República Romana.

Conteúdo Programático 2: A Revolução Industrial, o crescimento das cidades e o desenvolvimento do capitalismo.

Serão discutidas as questões: a Revolução Industrial, o desenvolvimento das cidades capitalistas e seu impacto econômico-social, o modo de vida urbano e a revolução cultural na cidade moderna, a Revolução Política: Revolução Francesa e o fim do patriarcalismo.

Conteúdo Programático 3: O fenômeno urbano: as subjetividades metropolitanas.

Destacaremos a metrópole e a vida mental teorizadas por George Simmel, o caráter Blasé das interações e as subjetividades metropolitanas.

Conteúdo Programático 4: O processo de gentrificação nas grandes cidades e o empreendedorismo urbano.

Apresentaremos: os limites do empreendedorismo urbano e a questão preservação do patrimônio histórico, memória, identidade e constituição dos espaços, a ressignificação do centro e periferia, a gentrificação e o consumo do lugar, especulação imobiliária e exclusão social.

Conteúdo Programático 5: Espaços heterotópicos: criação de “outros espaços” no espaço pré-ordenado da cidade.

Serão comentados os tópicos: utopias, distopias, heterotopias sobre a cidade como modelo de vida, os espaços de vigilância e poder, a microfísica dos corpos e a ordenação dos espaços, a heterotopia dos espaços e as devidas resistências e reexistências, espaços reais, espaços virtuais, em destaque para a tecnologia e a construção de novos espaços de vivência.

Conteúdo Programático 6: O movimento situacionista e a sociedade do Espetáculo.

Neste tema, discutiremos sobre a gênese, propostos e alguns representantes do movimento situacionista bem como a sociedade do espetáculo de Guy Debord.

Conteúdo Programático 7: Intervenções artísticas na cidade: Arte ou depredação?

Abordaremos os limites e legitimações que definem e ordenam intervenções urbanas, apresentaremos o estatuto da cidade e normatizações da intervenção em áreas públicas, além do grafite e a pichação na cidade e nos questionaremos sobre espaços para arte ou arte para os espaços.

Conteúdo Programático 8: Intervenções urbanas: a gestão da cidade os espaços dinâmicos das relações sociais.

Destacaremos os assuntos: reforma urbana, tecnologias do espaço e interação dinâmica dos sujeitos, o papel das intervenções e suas possibilidades éticas, sociais, artísticas e políticas, cidadania e participação social na construção das cidades, cidades inteligentes e sua renovação e adequação na constituição do espaço público, políticas da cidade, na cidade e para ela.

Bibliografia

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Lex: ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Vademecum universitário de direito. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira 2002.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1972.

Cidade Limpa. Lei nº 14.223, prefeitura municipal de São Paulo. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Cartilha-Lei-Cidade-Limpa.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Estatuto da Cidade Comentado: lei 10.257/2001: lei do meio ambiente artificial.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2002.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: Ed. n-1, 2013.

_____. "**Outros espaços**". In: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Ditos e Escritos, v. III. Org. Manoel Barros Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

_____. **Segurança, território, população.** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRUGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: Cortez/Edusp/FAPESP, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva: Escritos Situacionistas Sobre a Cidade/ Internacional Situacionista.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LATOUR, Bruno. **Paris, a cidade invisível: o plasma.** Tradução de Marcos Vinícius de Abreu Baccega. Ponto Urbe, São Paulo, v.3, n.5, 2009. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao5-traducao>>. Acesso em: 12 de jan. 2018.

LEITE, Carlos. **Instrumentos urbanos inovadores.** Arcoweb, 2016. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/noticias/artigos/carlos-leite-instrumentos-urbanos-inovadores>>. Acesso em: 19 de jan. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (Org.). 2007. **Jovens na Metr pole: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade**. São Paulo: Terceiro Nome.

MAGNANI, J. Guilherme & TORRES, Lilian. 2000. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, Edusp/Fapesp.

MARINS, Vinicius. **O Estatuto da Cidade e a constitucionaliza o do Direito Urbanístico**. Jus navigandi, Teresina, a. 8, n. 223, fev. 2004. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4806>. Acesso em: 20 ago. 2004.

RANCI RE, Jacques. **A partilha do sensível: est tica e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCI RE, Jacques & LIE, Truls. **Nossa ordem policial: O que pode ser dito, visto e feito**. Revista Urdimento. Santa Catarina, v.1, n.15, p.81-90, outubro de 2010.

SANTOS, Ludmila Rodrigues dos. "Become: Por uma antropologia heterotópica e artista". 2017. 284f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Bibliografia complementar

DEBORD, Guy. Sociedade do Espetáculo. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0AJ66Rb-1o>. Acesso: 15 de jan.2018. < 88 min>.

FOUCAULT, Michel. Foucault Par Lui M me. Documentário. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4To> . Acesso: 16 de jan. 2018. <62 min>.

MARQUES, Luiza; VICENTE, Juliana. Leva. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xn2um8xhc4o>. Acesso: 17 de jan.2018. <54min>.

WAINER, João; OLIVEIRA, Roberto T. Pixo. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew&t=32s>. Acesso: 17 de jan. 2018. <62 min>.

Disciplina: Planejamento estratégico na gestão pública

Ementa: Planejamento Estratégico: História, defini o e organiza o da sociedade e Estado. Organiza o de pessoas e Estado. Conceitos de gestão pública e planejamento estratégico contemporâneos. Organiza es Sociais e Estatais na forma o de políticas públicas.

Objetivo: A disciplina de Planejamento Estratégico na Gestão Pública procura compreender a forma o histórica, a defini o e a organiza o da sociedade e do estado. Há para a análise desta realidade algumas teorias que procuram compreender a organiza o das pessoas e do Estado. Iremos perceber como o processo de forma o histórico delineou nossa sociedade e o nosso estado e como ele se estabelece na atualidade. A defini o de planejamento estratégico e da gestão pública serão analisados considerando-se os modelos modernos de sua tipologia. Ao longo das aulas iremos perceber a complexidade das defini es de poder e das organiza es sociais e estatais e de que forma se constituem as políticas públicas que interferem em nosso cotidiano. Assim, será possível

compreender as mudanças nos modelos de administração pública e avaliar que hoje há os privilégios de modelos em que o estabelecimento de estratégias de médio e longo prazo são imprescindíveis.

Conteúdo Programático 1: A construção da sociedade e do estado brasileiro.

Esta aula tem como objetivo oferecer um panorama histórico da formação da nossa sociedade e do estado brasileiro. Neste sentido, a abordagem utilizada teve como preocupação o delineamento do estado brasileiro até a introdução do planejamento racional na administração pública brasileira, iniciado a partir de 1930. Didática e ensino: trajetórias de construção.

Texto de apoio: MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo: Ed. Global, 1986.

Conteúdo Programático 2: A formação da sociedade e do estado brasileiro Brasil: Um sentido histórico

Texto de apoio: Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32. ed., Brasiliense, 1998

Conteúdo Programático 3: Cultura, política e estado no Brasil

O objetivo desta aula é apresentar, a partir dos conceitos das ciências sociais, as formulações que são utilizadas para a administração pública e que estão vinculadas à própria formação cultural do país. Nesse sentido, a abordagem da cultura organizacional e da cultura política serão utilizadas para uma melhor compreensão do desenvolvimento do estado e da administração pública no Brasil.

Texto de apoio: PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro. Transição política e não estado de direito na República. Brasil: um século de transformações. (Org.) Ignacy Sachs, Jorge Willheim e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

Conteúdo Programático 4: Administração Pública nos últimos 50 anos

Desenvolvimento da administração pública nos últimos 50 anos, bem como as estratégias de implantação do modelo burocrático legal no Brasil.

Texto de apoio: PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Disponível em: <<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 5: Planejamento estratégico, estado e globalização.

O objetivo desta aula é avaliar o planejamento estratégico e o papel do estado na sua implementação.

Texto de apoio: SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

Conteúdo Programático 6: Estado de bem-estar social, Planejamento estratégico e a Nova Gestão Pública.

Abordagem de análises que avaliam o neoliberalismo, a globalização e os modelos de gerenciamento público.

Texto de apoio: QUINTELLA, Rogério; CABRAL, Sandro. Um modelo espacial para análise e ensino de escolas de pensamento estratégico. Rev. Adm. Pública, v. 41, n. 6. Rio de Janeiro, Nov./Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600008> Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 7: Planejamento estratégico e os modelos de gestão pública.

A aula tem como objetivo apresentar as definições sobre planejamento estratégico, o papel do estado, bem como os conceitos que definem a ideia do modelo gerencial e de maior participação social na elaboração das políticas públicas

Texto de apoio: BRASIL. Ministério do Planejamento. Planejamento Estratégico. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/planejamento_estrategico/130314_planejamento_estrategico.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 8: Estratégias para um novo tempo. Gestão Pública, Estado e participação da sociedade. Democracia e suas dimensões. Redirecionamento do Estado brasileiro.

Texto de apoio: OSÓRIO, Fábio Medina. Novos Rumos da Gestão Pública Brasileira: dificuldades teóricas ou operacionais? Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado – RERE, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 1, março/abril/maio, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro. **Transição política e não estado de direito na República. Brasil: um século de transformações**. (Org.) Ignacy Sachs, Jorge Willheim e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório - etapas da evolução sócio cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Coleção: Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. v. 1, (Org.). SANTOS, Porto, Afrontamento, 2003.

_____. Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1977.

_____. **Gilberto Freyre: uma introdução a Casa Grande e Senzala**. Freyre, Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32. ed., Brasiliense, 1998.

_____. **Textos de intervenção; seleção apresentação e notas de Vinicius Dantas. “Euclides da Cunha, sociólogo”**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32. ed., Brasiliense, 1998.

_____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Ed., Duas Cidades, 1977.

Demais referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social**. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Orgs.). Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002, p. 113-128.

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com utilização de planilhas Excel**. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRADE, Nilton de Moraes. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2005.

AVRITZER, Leonardo. **Nem tão apática nem tão alijada: a sociedade está mais participativa**. Carta Capital, São Paulo, p. 58-59, 12 mar. 2011.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. **Globalização, império e dinheiro**. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL, **Constituição (1988)**. art. 166, § 4º: Lex: legislação federal e marginalia. Disponível em: <<http://www.tsf.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Orçamento Federal. Orçamentos da União – Projeto de Lei Orçamentária – Ano 2013**, v. 6. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/ploa2013/Volume_1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Ministério do Planejamento. Democracia e aperfeiçoamento da Gestão Pública**, 2012, p. 7

BRASIL. **Ministério do Planejamento. Planejamento Estratégico**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/planejamento_estrategico/130314_planejamento_estrategico.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção; seleção apresentação e notas de Vinicius Dantas. “Euclides da Cunha, sociólogo”**. ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento**. Tradução de Miltom Person, 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 1991.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**. RAP: Rio de Janeiro, 42(5): 829-74, set/out. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5>> Acesso em: 21 nov. 2016.

COUTO, Berenice. **Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

CROKS, Ed. **Keynes volta à moda com intervenções**. São Paulo, FSP, 19 de outubro de 2008.

CUNHA, Euclides. **Os sertões: campanha de Canudos**. 39. ed. Rio de Janeiro: Publifolha, 2000.

FÁLCON, Maria Lúcia de Oliveira. **Oitavo Fórum de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Notas para o Terceiro Painel - Plano Mais Brasil – PPA, 2012-2015**. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/3%20painel_Maria%20Lucia%20texto.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v. I e II, 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. v. I e II, 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERNANDES, José Antonio da Costa Fernandes. **Imigrantes portugueses e migrantes negros: um olhar sobre novos bairros em São Paulo**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991, p. 140.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Schmidt-Editor, 1938.

GHELMAN, Silvio; COSTA, Stella Regina Reis da. **Adaptando o BSC para o setor público utilizando os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência**. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos06/422_Adapt%20BSC%20efic%20eficacia%20e%20efetivid.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 14. ed., 1981.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IPEA. **BRASIL EM DESENVOLVIMENTO: Estado, planejamento e políticas públicas. Série Brasil: o estado de uma nação**. Brasília, IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol04.pdf> Acesso em: 21 nov. 2016.

JACOBI, Pedro. **Políticas Sociais e Amplificação da Cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KAPLAN, Robert S. **Mapas Estratégicos – Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LESSA, Carlos. **A opção pelos pobres e a crítica de Delfim Netto**. Valor Econômico, 14 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lessa140207.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Global, 1986.

MESZÁROS, I. **SOCIOLOGIA CRÍTICA**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica**. PolicyPaper, número 28, FES-ILDES, setembro de 2001.

NETO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 4ª edição, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Excelência na Administração Estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 4. ed.- São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

OSÓRIO, Fábio Medina. **Novos Rumos da Gestão Pública Brasileira: dificuldades teóricas ou operacionais? Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado – RERE**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 1, março/abril/maio, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

PAC. **PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**. Disponível em: <www.pac.org.br>. 21 nov. 2016.

PARSON, Mary Jean. **Planejamento: de volta às origens**. São Paulo: Best Seller, 1988.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial**. Disponível em: <<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

PEREIRA, Marcus Abílio; CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social**. Lua Nova, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=67311189002>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

PREZWORSKI, Adam. **A socialdemocracia como fenômeno histórico**. Lua Nova, n. 15, São Paulo, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451988000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 nov. 2016.

QUINTELLA, Rogério; CABRAL, Sandro. **Um modelo espacial para análise e ensino de escolas de pensamento estratégico**. Rev. Adm. Pública, v. 41, n. 6. Rio de Janeiro, Nov./Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600008> Acesso em: 21 nov. 2016.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de informações públicas municipais: guia para planejar sistemas de informação, informática e governo eletrônico nas prefeituras e cidades**. São Paulo: Atlas, 2005(a).

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de informações públicas municipais: guia para planejar sistemas de informação, informática e governo eletrônico nas prefeituras e cidades**. São Paulo: Atlas, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **“Gilberto Freyre: uma introdução a Casa Grande e Senzala”**. Freyre, Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32a.ed., Brasiliense, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado Nunes. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Coleção: Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos**. v. 3, 1. ed. Porto, 2004.

SCWHARZ, Roberto. **Que horas são? Ensaios**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. RAP — Revista de Administração Pública. FGV, Rio de Janeiro 43(2): 347-69, mar./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2016.

SILVA, Ivan Prado e; VAZ, José Carlos; FRANÇA, Luiz de França (Orgs.). **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**. São Paulo: Pólis, 2002.

SILVA, Maria Ozanira; YASBEK, Maria Carmelita; Giovanni, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: Sociologias, ano 8, n.16, 2006, p. 20-45.

SPINK, Peter. **O lugar do lugar na Análise Organizacional**. Revista de Administração Contemporânea, n. 5, Edição Especial, p. 11-34, 2001.

SPOZATI, Aldaíza. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio**. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11, oct. 2002.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Travessia: A narrativa da República em grande Sertão: Veredas**. Pensar a República. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.

Disciplina: Inovações e sistemas tecnológicos de apoio à gestão pública

Ementa: A Sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades. Tecnologia aplicada à gestão pública. A transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais. Modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras. As infovias municipais e a transformação do atendimento das demandas sociais mediadas

por computador. E tudo isto suportado por mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada. Nesta disciplina você verá: Desorganização Informacional. As ondas de TI. Tecnologias Emergentes. Sistemas de Informações. Governo eletrônico.

Objetivo: A Sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades. Tecnologia aplicada à gestão pública. A transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais. Modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras. As infovias municipais e a transformação do atendimento das demandas sociais mediadas por computador. E tudo isto suportado por mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada. Nesta disciplina você verá: Desorganização Informacional.

As ondas de TI. Tecnologias Emergentes. Sistemas de Informações. Governo eletrônico.

Conteúdo Programático 1: Evolução da TI. Demonstração do histórico da evolução de TI, as ondas e ciclos de TI.

Texto de apoio: ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I., Ciência, Tecnologia e Regionalização. 1a Edição. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631

Conteúdo Programático 2: Desorganização Informacional. Apresentar a doença organizacional denominada Desorganização Informacional

Texto de apoio: ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I., Ciência, Tecnologia e Regionalização. 1a Edição. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631

Conteúdo Programático 3: Tecnologias Emergentes – ECM. Apresentar as tecnologias emergentes ECM e BPMS e seus envolvimento com o mundo real.

Texto de apoio: CRUZ, T. BPM & BPMS. 2ª edição. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2010. ISBN 9788574524399

Conteúdo Programático 4: Tecnologias Emergentes – BPMS. Apresentar as tecnologias emergentes ECM e BPMS e seus envolvimento com o mundo real.

Texto de apoio: CRUZ, T. BPM & BPMS. 2ª edição. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2010. ISBN 9788574524399

Conteúdo Programático 5: Mapeamento, análise, modelagem de processos de negócio. Apresentar mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio.

Texto de apoio: CRUZ, T. Sistemas, Organização e Métodos. 3. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 9788522431571

Conteúdo Programático 6: Elementos do Processo de Negócio. Apresentação dos padrões metodológicos.

Texto de apoio: CRUZ, T. Sistemas, Métodos & Processos. 2ª edição – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 9788522441488

Conteúdo Programático 7: Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública I. Apresentar as tecnologias que estão sendo empregadas pelos governos para melhorar a vida do cidadão e-gov.

Texto de apoio: LAURINDO, J. *Tecnologia da Informação: planejamento e Gestão de Estratégias*. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451166. Texto de apoio

Conteúdo Programático 8: Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública II. Apresentar as tecnologias que estão sendo empregadas pelos governos para melhorar a vida do cidadão e-gov.

Texto de apoio: CASTELLS, M., *A Sociedade em Rede*. 10ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2007. ISBN: 9788577530366.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I., **Ciência, Tecnologia e Regionalização**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631.

CRUZ, T., **Sistemas de Informações Gerenciais**. 3ª edição, 20ª reimpressão. São Paulo: Atlas. 2011. ISBN 9788522435227.

CRUZ, T. **WORKFLOW II. A Tecnologia Que Revolucionou Processos**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004. 9788576500192.

Demais referências

CASTELLS, M., **A Sociedade em Rede**. 10ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2007. ISBN: 9788577530366.

CRUZ, T. **Sistemas, Métodos & Processos**. 2ª edição – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 9788522441488

CRUZ, T. **Sistemas, Organização e Métodos**. 3. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 9788522431571

CRUZ, T. **BPM & BPMS**. 2ª edição. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2010. ISBN 9788574524399.

CRUZ, T. **Gerência do Conhecimento**. Rio de Janeiro: E-Paper, 2007. ISBN 9788576501299.

LAURINDO, J. **Tecnologia da Informação: planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451166.

Disciplina: Estratégias de captação de recursos para o setor público

Ementa: Procedimentos utilizados pelas administrações públicas municipais para avaliação de problemas nas cidades, seleção de prioridades, desenvolvimento de projetos, alocação de recursos e implantação de serviços e obras por meio do aporte de recursos externos captados junto a agências de fomento e organismos de financiamento do governo federal, dos governos estaduais e de projetos em parceria com entidades da sociedade civil.

Objetivo: Nesta disciplina os participantes ao final dos trabalhos deverão estar informados sobre os procedimentos utilizados pelas administrações públicas municipais para avaliação de problemas nas cidades, seleção de prioridades, desenvolvimento de projetos, alocação de recursos e implantação de serviços e obras por meio do aporte de recursos externos captados junto a agências de fomento e organismos de financiamento do governo federal, dos governos estaduais e de projetos em parceria com entidades da sociedade civil. A elaboração de projetos para captação de recursos é uma ferramenta de gestão que vem ganhando maior importância recentemente, em especial devido às novas e volumosas linhas de financiamento abertas pelos governos federal e estaduais e seus organismos de financiamento. Para isso aos participantes do curso serão apresentados os procedimentos de priorização de projetos característicos da administração pública brasileira de modo que, seja trabalhando na gestão pública, seja atuando em entidades da sociedade civil, estejam habilitados a conhecer os planos anuais e plurianuais dos governos municipais, identificar nestas oportunidades e necessidades de projetos envolvendo a captação de recursos externos, trabalhar com a comunidade local, dominar técnicas de planejamento de projetos e desenvolver com êxito iniciativas desta natureza. A captação de recursos externos representa um importante e necessário aporte financeiro que se soma às receitas tradicionais dos municípios representadas por tributação, cobrança de taxas e principalmente transferências obrigatórias dos governos federal e estaduais para os municípios. A grande maioria dos 5.565 municípios brasileiros sobrevivem financeiramente a duras penas e graças principalmente a transferências de recursos realizadas pelo governo federal. Estas cidades não dispõem orçamento próprio suficiente, por não dispor de fontes de arrecadação de receitas próprias ou devido à incapacidade política e administrativa de seus dirigentes que não cobram taxas e impostos da forma como a lei lhes faculta e deveriam. Por isso localizar e desenvolver novas fontes de financiamento é uma ação que pode ter grande impacto na disponibilidade de recursos para atender às demandas da população e resolver os mais relevantes problemas de nossas cidades, em especial das menores e mais precárias.

Conteúdo Programático 1: Condicionantes para a Captação de Recursos nos municípios - planejamento governamental. Apresentar informações e conceitos fundamentais para a captação de recursos no setor público, buscando qualificar as informações sobre o tema para os participantes do curso.

Texto de apoio: BROSE, Markus (org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Conteúdo Programático 2: Condicionantes para a Captação de Recursos nos municípios - planejamento orçamentário. Apresentar informações e conceitos fundamentais para a captação de recursos no setor público, buscando qualificar as informações sobre o tema para os participantes do curso.

Texto de apoio: De Toni, Jackson. Guia para elaboração dos PPAs municipais. Escola Nacional de Administração Pública, abril 2013.

Conteúdo Programático 3: Procedimentos e Fontes de Financiamento para Projetos. Apresentar conceitos relacionados às formas previstas em lei para a captação de recursos, por meio de convênios e contratos de repasse, os procedimentos mais adequados para esse fim, incluindo os princípios gerais para elaboração de projetos.

Texto de apoio: BROSE, Markus (org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Conteúdo Programático 4: Elaboração de Projetos nos municípios. Investimento na captação de recursos para o estudo de situações problema e justificativa de projeto. PROJETO BÁSICO - TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRAPARTIDA.

Texto de apoio: Manual de Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais. Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Manual%20de%20elaboração%20para%20captação%20de%20Recursos%20Federais.pdf>>. Acesso: 05 de Maio de 2014.

Conteúdo Programático 5: Elaboração de Projetos I. Detalhamento dos procedimentos para a elaboração de projetos, principais conceitos e ferramentas de planejamento, até a formulação de indicadores necessários para a aprovação de projetos e posteriormente para o monitoramento de sua implantação e resultados obtidos.

Texto de apoio: BROSE, Markus (org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Conteúdo Programático 6: Elaboração de Projetos II. Detalhamento dos procedimentos para a elaboração de projetos, principais conceitos e ferramentas de planejamento, até a formulação de indicadores necessários para a aprovação de projetos e posteriormente para o monitoramento de sua implantação e resultados obtidos.

Texto de apoio: Manual da Legislação Federal sobre Convênios da União Orientações aos Municípios. Ministério do Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, setembro DE 2009. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/convenios_M_A/manual_convenios_final.pdf>. Acesso: 05 mai. 2014.

Conteúdo Programático 7: Casos e linhas de financiamento específicas - Fontes específicas mais relevantes. Reflexões sobre como é possível ir além da simples obtenção do recurso. Atualmente, conseguir recursos de programas governamentais federais ou estaduais não é o maior desafio. O que de fato pode pôr tudo a perder é o descontrole e a não prestação de contas. Serão discutidas quais as características que permitem estabelecer um ciclo virtuoso de financiamentos e quais as experiências que se tornaram referência aqui no Brasil e lá fora.

Texto de apoio: RODRIGUES, Marcelo Estraviz. Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2012.

Conteúdo Programático 8: Casos e linhas de financiamento específicas - Fontes específicas mais relevantes - Prestação de Contas. Características e fundamentos para a Prestação de Contas.

Texto de apoio: Manual de Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais. Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Ma->

nual%20de%20elaboração%20para%20captação%20de%20Recursos%20Federais.pdf>. Acessado em 05 de maio de 2014.

Manual da Legislação Federal sobre Convênios da União Orientações aos Municípios. Ministério do Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, setembro DE 2009. Disponível em:<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/convenios_M_A/manual_convenios_final.pdf>. Acessado em 05 de maio de 2014.

Bibliografia:

BROSE, Markus (org). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

COSTA, Greiner, DAGNINO, Renato. (orgs.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2014. 2ª edição revista e ampliada.

RODRIGUES, Marcelo Estraviz. **Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público**. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2012.

Demais referências

CECILIO, Luiz Carlos. **A imanência do planejamento e da gestão: a experiência da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Brasília: ENAP, 1999. (Texto para discussão, 33).

De Toni, Jackson. **Guia para elaboração dos PPAs municipais**. Escola Nacional de Administração Pública, abril 2013.

Manual da Legislação Federal sobre Convênios da União Orientações aos Municípios. Ministério do Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, setembro DE 2009. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/convenios_M_A/manual_convenios_final.pdf>. Acesso: 05 de maio de 2014.

Manual de Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais. Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Manual%20de%20elaboração%20para%20captação%20de%20Recursos%20Federais.pdf>>. Acesso: 05 de maio de 2014.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente: governantes governados**. Tradução de Luís Felipe R. del Riego. São Paulo: Fundap, 1996.

PEREIRA, Edmo da Cunha. **Governar o Município – Antes e depois da Posse**. 5ª edição. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2004.

Roteiro para Elaboração do PPA Municipal - 12 Passos, elaborado por Denis Sant’Anna Barros e Otávio Gondim Pereira da Costa (SPI/Ministério do Planejamento, abril de 2013).

Disciplina: Licitações e lei de responsabilidade fiscal

Ementa: Estudo das formas de contratação mais comuns e usuais da Administração Pública. Conceitos sobre os entes públicos e sua classificação. Discussão sobre as normas próprias da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive salientando a forma em que se organiza e se desenvolve o orçamento público. Verificação das vertentes do contrato administrativo, as cláusulas unilaterais, a maneira exclusiva de obrigar a fiscalização da contratação, as formas de rescisão e aplicação de multa. Análise das hipóteses de contratação direta, tais como a inexigibilidade e dispensa. Apresentação dos recursos cabíveis na licitação e inexecução contratual, e os tipos penais na lei Federal nº 8.666/1993.

Objetivo: A presente disciplina se propõe a reflexão acerca dos temas recorrentes de licitação pública. Vamos estudar as formas de contratação mais comuns e usuais da Administração Pública. Iniciaremos com breve apanhado sobre Administração Pública, inclusive reforçando o conceito sobre quais são os entes públicos e sua classificação. Na sequência iremos discutir as normas próprias da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive salientando a forma em que se organiza e se desenvolve o orçamento público; verificaremos as vertentes do contrato administrativo, as cláusulas unilaterais, a maneira exclusiva de obrigar a fiscalização da contratação, as formas de rescisão e aplicação de multa. A intenção desta disciplina é atualizar o conhecimento específico acerca das formas de contratação da administração pública, mencionar as regras referentes ao Regime Diferenciado de Contratação tanto quanto a transparência, que permite a visualização de todo gasto de dinheiro público. Ainda no tocante às formas de contratação, analisaremos as hipóteses de contratação direta, tais como a inexigibilidade e dispensa. Por fim, a quarta aula apresentará os recursos cabíveis na licitação e inexecução contratual, e os tipos penais na lei Federal nº 8.666/1993.

Conteúdo Programático 1: Administração Pública. Breve apanhado sobre Administração Pública, inclusive reforçando o conceito sobre quais são os entes públicos e sua classificação. Orçamento Público.

Texto de apoio: GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

Conteúdo Programático 2: Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de acesso à Informação

Texto de apoio: BRASIL. Lei 12.527/2011. Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 3: Nesta aula será aprofundada a licitação no direito brasileiro, inclusive suas modalidades e as formas de contratação direta, além das formas de dispensa e inexigibilidade. Igualmente, veremos a questão de como se processa a licitação e os critérios de julgamento, seja o de menor preço e melhor técnica ou apenas menor preço.

Texto de apoio: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2000.

Conteúdo Programático 4: Formas de Contratação. As novas e mais usuais formas de contratação: Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e o mais recente, que é o Regime Diferenciado de Contratação.

Texto de apoio: RHS LICITAÇÕES. RDC: empresas e governo divergem sobre resultados do regime de contratações. Disponível em: <<http://novo.licitacao.uol.com.br/regime-diferenciado-de-contratacoes-rdc/1010-noticia-rdc-empresas-e-governo-divergem-sobre-resultados-do-regime-de-contratacoes.html?showall=&start=1>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 5: Contratos Administrativos. A partir do conhecimento acerca da licitação, chegamos ao objetivo desta aula, que é a formalização de um Contrato Administrativo. Para tanto, vamos começar com os conceitos e elementos dessa espécie de contrato e finalizaremos com a principal característica do contrato administrativo, que são as cláusulas chamadas exorbitantes, aquelas em que a Administração, unilateralmente, pode alterar o contrato. Texto de apoio (referenciando textos indicados na bibliografia).

Texto de apoio: GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2012.

Conteúdo Programático 6: Publicidade e Fiscalização. As características próprias de um contrato que pretende buscar o interesse público, quais sejam, a publicidade e a necessidade de fiscalização.

Texto de apoio: JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

Conteúdo Programático 7: Recursos Administrativos nas Licitações e Crimes na Licitação. Nesta aula iremos abordar as formas de recursos cabíveis nos vários tipos de licitação, tanto no que se refere aos conceitos gerais quanto às particularidades das formas mais recentes de licitar. Nosso objetivo será entender como se processa o controle dos atos administrativos nos procedimentos licitatórios e as possibilidades de alteração, ou indenização, para o caso de prejuízo aos interessados.

Texto de apoio: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 8: Crimes no processo de licitação. Veremos as regras referentes aos crimes no processo de licitação, encerrando assim o estudo sistemático das principais e mais usadas regras e conceitos da Lei de Licitações.

Texto de apoio: BRASIL. Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Bibliografia:

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2000.

Demais referências

AGUIAR, Afonso Gomes. *Lei de responsabilidade Fiscal*. Fórum, 2004.

BACCIOTTI, Rui Carlos Duarte. *Contratos – conceitos e espécies*. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2000/ruibaciotti/contratos1.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Lei 12.527/2011. **Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático.** 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros, 1998.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** São Paulo: Atlas, 1999.

OAB São Paulo. **Decisão Judicial sobre Parecer de Advogado.** Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/advocacia-publica/decisoes-judiciais/1.-decisao-judicial-sobre-parecer-de-advogado>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

RHS LICITAÇÕES. **RDC: empresas e governo divergem sobre resultados do regime de contratações.** Disponível em: <<http://novo.licitacao.uol.com.br/regime-diferenciado-de-contratacoes-rdc/1010-noticia-rdc-empresas-e-governo-divergem-sobre-resultados-do-regime-de-contratacoes.html?showall=&start=1>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo.** São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 1998.

SPNELLI, Mário Vinícius Claussen; LUCIANO, Vagner de Souza. **Licitações e Contratos. Controladoria Geral da União – CGU.** Brasília, DF: s/d. Disponível em: <http://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/images/licitacoes/apostila_agu/apostila_de_licitacoes_e_contratos_administrativos%20cgu.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

TCE.MT. **Consulta sobre peças orçamentárias é respondida pelo TCE.** Disponível em: <<http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/show/sid/73/cid/5559/t/Consulta+sobre+pe%EA7as+or%E7ament%E1rias+%E9+respondida+pelo+TCE>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

TCU. Licitações. **Tribunal de Contas da União, TCU,** Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes_contratos/2%20Licita%C3%A7%C3%B5es-Conceitos%20e%20Princ%C3%ADpios.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil.** São Paulo: RT, 2000, vol. 1.

Disciplina: Lei anticorrupção: comparações entre a lei brasileira e outros sistemas anticorrupção

Ementa: O tema corrupção é de grande relevância para a sociedade brasileira e o mundo. Dado o reconhecimento cada vez maior da ocorrência de corrupção e da complexidade de escala supranacional do assunto, criam-se ao longo dos anos, diversos instrumentos para seu combate, que serão analisados nesta disciplina. Assim, serão estudados, em ordem cronológica, diversos atos, convenções e leis nacionais e internacionais que se dizem “anticorrupção”; alguns deles emanados do próprio Brasil, outros incorporados da esfera internacional no ordenamento jurídico nacional e alguns que não se relacionam diretamente com o Brasil, mas que podem atingir seus cidadãos e que serviram de inspiração para a lei brasileira anticorrupção.

Conteúdo Programático 1: Primeira grande legislação sobre corrupção: o Foreign Corrupt Practices Act of 1977, dos Estados Unidos.

Conteúdo Programático 2: Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 1996 da Organização dos Estados Americanos (OEA), promulgada pelo Decreto nº 4.410/02 no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, de 1997 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), promulgada pelo Decreto nº 3.678/00 no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Lei nº 9.613/98, a lei brasileira antilavagem de dinheiro, e dispositivos do Código Penal contra a corrupção.

Conteúdo Programático 5: Convenção Penal sobre a Corrupção do Conselho da Europa, de 1999, e seu Protocolo Adicional, de 2003, e Convenção Civil sobre a Corrupção do Conselho da Europa, de 1999.

Conteúdo Programático 6: Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 2003 da Organização das Nações Unidas (ONU), promulgada pelo Decreto nº 5.687/06 no Brasil.

Conteúdo Programático 7: Inspiração para a lei brasileira anticorrupção: o Bribery Act, de 2010 no Reino Unido.

Conteúdo Programático 8: Lei nº 12.846/13, a lei anticorrupção: conteúdo e comparação com outros sistemas anticorrupção.

Bibliografia

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000.** Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3678.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002.** Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1o, inciso "c". Brasília, 2002.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4410.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.** Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.** Regulamenta a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.** Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Lei nº 12.846, de 1º de março de 2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

CONSELHO DA EUROPA. **Additional Protocol to the Criminal Law Convention on Corruption.** Estrasburgo, 2003. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168008370e>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Civil Law Convention on Corruption.** Estrasburgo, 1999. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168007f3f6>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. **Criminal Law Convention on Corruption.** Estrasburgo, 1999. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/090000168007f3f5>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. V. de. **Comentários sobre a Lei Anticorrupção.** São Paulo: Saraiva, 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Código Federal dos EUA – Título 15. Comércio e Negociação – Capítulo 2B – Bolsas de Valores.** Cláusulas Anti-Suborno e sobre Livros e Registros Contábeis da Lei Americana Anti-Corrupção no Exterior. Washington D. C., 1977. Disponível em: <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2012/11/14/fcpa-portuguese.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

REINO UNIDO. **Bribery Act 2010**. An Act to make provision about offences relating to bribery; and for connected purposes. Londres, 2010. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/23/pdfs/ukpga_20100023_en.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

VICENTE, Greco Filho; ROSSI, João Daniel. **O combate à corrupção e comentários à Lei de Responsabilidade de Pessoas Jurídicas (Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013)**. São Paulo: Saraiva, 2015.

Demais referências:

CAMARGO, Beatriz C.. Instrumentos internacionais no combate à corrupção. Transformações e harmonização do direito penal brasileiro: considerações sobre os crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 89, p. 95-130, 2011.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

PESTANA, Marcio. **Lei anticorrupção: exame sistematizado da Lei**. Barueri: Manole, 2016.

SILVEIRA, Renato de M. J.; Saad-Diniz, Eduardo. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2015.

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2017.

Disciplina: Construções inteligentes e sustentáveis

Ementa: No panorama atual de pleno desenvolvimento tecnológico e necessidade de soluções rápidas e eficientes para os diversos impasses do cotidiano, emerge-se o conceito de construções inteligentes. Assim, essa disciplina trará as principais definições atreladas à essa realidade, preocupando-se em trazer elementos que compõem as “smart cities”, ponderando-se, sempre que possível, os aspectos de sustentabilidade vinculados à essa nova e real oportunidade de desenvolvimento social.

Conteúdo Programático 1: Definição de "smart city" e caracterização de tecnologias para a sua implantação.

Conteúdo Programático 2: Ecossistema de inovação.

Conteúdo Programático 3: Sustentabilidade e soluções em cidades inteligentes.

Conteúdo Programático 4: Propostas para habitação autossuficiente.

Conteúdo Programático 5: As indústrias no cenário inteligente.

Conteúdo Programático 6: Principais aspectos em jardins filtrantes.

Conteúdo Programático 7: Estudos de caso.

Conteúdo Programático 8: Desafios encontrados em construções inteligentes.

Bibliografia:

Cortese, Tatiana Tucunduva Philippi; Kniess, Cláudia Terezinha; Maccari, Emerson Antonio. **Cidades Inteligentes e Sustentáveis**. 1. Ed. São Paulo: Manole, 2017.

Ferreira, Antônio Domingos Dias. **Habitação Autossuficiente – Interligação e integração de sistemas alternativos**. 1.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

Kruger, Abe; Seville, Carl. **Construção Verde – Princípios e práticas na construção residencial**. 1.ed. São Paulo: Cengage, 2016.

Leite, Carlos; Awad, Juliana di Cesare. **Cidades Sustentáveis: Cidades inteligentes – Desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. 1 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Bibliografia complementar

Albino, V., Berardi, U., & Dangelico, R. M. (2015). Smart cities: Definitions, dimensions, performance, and initiatives. **Journal of Urban Technology**, 22(1), 3-21.

Amable, B., & Petit, P. (2001). The diversity of social systems of innovation and production during the 1990s (No. 2001-15). Paris: Cepremap.

Anthopoulos, L. G., Janssen, M., & Weerakkody, V. (2015, May). Comparing Smart Cities with different modeling approaches. In Proceedings of the 24th International Conference on World Wide Web (pp. 525-528). ACM.

Batagan, L. (2011). Smart cities and sustainability models. *Informatica Economică*, 15(3), 80-87.

Disciplina: Gestão da mobilidade e acessibilidade urbana

Ementa: No caos urbano, pensar a gestão da mobilidade é imprescindível para o aumento da qualidade de vida da população. Além disso, o tratamento da acessibilidade no espaço urbano garante o cumprimento do princípio da equidade frente a população.

Conteúdo Programático 1: A história das cidades e o crescimento urbano desordenado.

Conteúdo Programático 2: O estatuto da cidade e o plano diretor dos municípios.

Conteúdo Programático 3: Conceitos de mobilidade e acessibilidade urbanas.

Conteúdo Programático 4: A política nacional da mobilidade urbana.

Conteúdo Programático 5: O sistema dos transportes urbanos.

Conteúdo Programático 6: A mobilidade sustentável.

Conteúdo Programático 7: Desenho universal, projetos arquitetônicos e materiais comprometidos com a acessibilidade.

Conteúdo Programático 8: Casos e tendências em mobilidade e acessibilidade urbana.

Bibliografia

ABIKO, Alex Kenya; DE ALMEIDA, Marco Antonio Plácido; BARREIROS, Mário Antonio Ferreira. Urbanismo: história e desenvolvimento. São Paulo, SP: **Universidade de São Paulo. Escola Técnica. Departamento de Engenharia de Construção Civil**, 1995.

ALVES, Priscilla. Mobilidade urbana sustentável: diretrizes da política brasileira. **Cadernos Adenauer**, v. 15, n. 2, p. 41-53. 2014.

ALVES, Priscilla; RAIÁ JUNIOR, Archimedes Azevedo. Mobilidade e Acessibilidade Urbana Sustentáveis: A Gestão da Mobilidade no Brasil. **Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana-PPGEU/ Universidade de São Carlos - UFSCar**. São Carlos –SP, 2000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **História antiga e medieval**. 16. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CUNHA, Maria Alexandra; MACAYA, Javiera Fernanda Medina; PRZEYBILOVICZ, Erico; BURGOS, Fernando. Smart Cities: transformação digital das cidades. São Paulo: **Programa Gestão Pública e Cidadania – PGPC**, 2016.

CYMBALISTA, Renato. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. São Paulo: Instituto Pólis, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Fundamentos de sociologia geral**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

FINGUERUT, Sílvia; FERNANDES, Janaína de Mendonça. Planejando as cidades no século XXI. **Cadernos FGV Projetos**: Cidades Inteligentes e Mobilidade Urbana, ano 10, ed. outubro/ novembro, nº24, 2015.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade**: para compreender. Rio de Janeiro RJ: IBAM; DUMA, 2001.

PIRES, Antonio Cecílio Moreira; PIRES, Lilian Regina Gabriel Moreira (org.). **Mobilidade Urbana**: desafios e sustentabilidade. São Paulo SP: Editora Mack Pesquisa, 1ª edição, 2016.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **Transporte e modais com suporte de TI e SI**. Curitiba: Ibpex, 2007.

SOARES, David José. Cidades Inteligentes: um novo arranjo para o desenvolvimento. Uberlândia, MG. **II Encontro das Faculdades de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia - UFU**, 2012.

Disciplina: Tendências e inovações

Ementa: Abordar os aspectos conceituais básicos da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esta caracterização é pertinente, pois situa o (a) aluno (a) junto ao debate da transformação técnica e mudança tecnológica. Complementa-se aos conceitos introdutórios, baseado em um referencial diferenciado, apresentação de ferramentas de prospecção tecnológica que podem ser utilizadas para entender as dinâmicas do processo inovativo, tais como indicadores bibliométricos e de patentes. Esta caracterização é pertinente, pois viabiliza a plena compreensão dos estudos de casos das

transformações que moldaram nosso futuro, foco do segundo tópico da disciplina. Em um segundo momento da disciplina, apresentam-se tendências com enfoques nas esferas: (1) mudanças demográficas, sociais e de gênero (ascensão das mulheres no mercado de trabalho, envelhecimento da população, crescimento geral da população, fluxos migratórios); (2) (des)Globalização, tensões políticas e incertezas econômicas; (3) tecnológicas (transformações de caráter tecnológico em curso que estão moldando a sociedade como um todo), (4) ambiental (mudanças climáticas e sustentabilidade); e por fim, (5) tendências em mobilidade (veículo elétrico, economia do compartilhamento, drones e veículos autônomos). Ao término da apresentação dos casos, pondera-se, de modo breve, o papel do Estado neste contexto em direcionar, guiar e dialogar com estas mudanças via a implementação de instrumentos de regulação e políticas públicas.

Objetivo: Explorar e caracterizar as principais tendências, inovações e mudanças tecnológicas que se colocam no horizonte para os próximos 20 anos. Espera-se que o (a) aluno (a), ao final da disciplina, assimile e compreenda as referidas transformações e o modo como elas impactam a sociedade, bem como com quais instrumentais elas como elas podem ser acessadas e mapeadas.

Conteúdo Programático 1: Aspectos conceituais básicos da Ciência, Tecnologia & Inovação

Definição e apresentação dos aspectos conceituais e teóricos de Ciência, Tecnologia e Inovação. Relações entre ciência, tecnologia e inovação. Inovação e difusão: conceitos fundamentais. Invenção e inovação. Tipos de inovação. Difusão de Inovações. Conceitos que orientam o debate sobre as megatendências.

Conteúdo Programático 2: Ferramentas de prospecção tecnológica

Introdução aos estudos sobre o aprimoramento tecnológico e tendências em inovações. Apresentação do processo de prospecção tecnológica e estratégia de pesquisa por meio de palavras chave em banco de patentes e artigos. Utilização de operadores booleanos de busca. Entender os dados de patentes como indicadores de tendências tecnológicas para monitorar a capacitação tecnológica; Identificar tecnologias emergentes e novos mercados; monitoramento de concorrentes e parceiros tecnológicos. Introdução das bases de Informação de patentes: USPTO. Caracterizar o rastreamento da atividade científica a partir de dados bibliométricos: principais atores e instituições de pesquisa, redes de colaboração em pesquisa.

Conteúdo Programático 3: Mudanças demográficas e sociais

Trata-se de olhar para as principais mudanças demográficas em curso, que estão moldando o Brasil e o mundo nestas primeiras décadas do século XXI. Primeiramente, nessa temática, estaremos nos focando em a: imigração e fluxos migratórios; Ampliação das mulheres no mercado de trabalho: quais são as posições ocupadas pelas mulheres e quais são os desafios de uma agenda de gênero voltada à igualdade; O prolongamento da vida: crescimento da população acima de 65 anos e inversão da pirâmide etária no Brasil e quais são as implicações envolvidas.

Conteúdo Programático 4: (des) Globalização, tensões políticas e incertezas econômicas: será o fim do sonho da integração mundial?

Consiste em debater os seguintes tópicos: Interdependência das economias mundiais. Forças propulsoras da globalização. Descentralização da produção. Cadeias Globais de valor. Ascensão de

países emergentes e reconfiguração industrial. Movimentos nacionalistas, xenofobia e intolerância política. União Européia após o *Brexit*. Protecionismo e quebra de alianças comerciais internacionais; quais são as implicações destas ações para a economia e sociedade global?

Conteúdo Programático 5: Avanços tecnológicos

Apresentar as principais transformações de caráter tecnológico em curso que estão moldando a sociedade como um todo. Tais mudanças, dividem-se em quatro grandes categorias, a saber: Biotecnologia, Digitalização, Materiais avançados, Energia e Meio Ambiente. Haja vista que se tratam de categorias amplas e que abrangem uma elevada quantidade de aplicações e tecnologias, pretende-se direcionar ênfase naquelas mais importantes, a saber: Armazenamento na nuvem (*cloud computing*), fim do armazenamento físico. Internet das coisas (IOT) e a interconectividade de plataformas e tecnologias e realidade aumentada. Nanotecnologia, robótica aplicada e inteligência artificial. Biotecnologia. *Blockchain*: cadeia de blocos e a inovação da criptomoeda: estudo de caso do BitCoin.

Conteúdo Programático 6: Mudanças climáticas e sustentabilidade

Procura-se analisar como as mudanças climáticas e o apelo sustentável afetam o comportamento das empresas/países/pessoas nesta nova dinâmica. Trata-se de apontar novas formas de obtenção de energia para uso industrial por meio da aplicação intensiva de energias renováveis: energia solar por meio da instalação de painéis fotovoltaicos e energia eólica via coletores. Trazendo a discussão para o caso brasileiro, onde e como estas ações podem ser implementadas.

Conteúdo Programático 7: Tendências em Mobilidade

Discutir as novas formas de mobilidade urbana. Apresentação e análise de novas tecnologias de propulsão veicular: veículos elétricos, híbridos e a células a combustível. Demonstrar novos modelos de negócio e a economia de compartilhamento, ambos voltados a mobilidade. Apontar perspectivas tecnológicas na utilização de veículos autônomos, drones.

Conteúdo Programático 8: Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação: oportunidades e desafios para as megatendências.

Consiste em olhar sobre o papel governamental em fornecer o ambiente adequado para o avanço destas transformações e garantir o bem-estar social. O papel do estado empreendedor. Políticas públicas para fomentar a aquisição de inovações (pelo lado da demanda) e políticas públicas para auxiliar a pesquisa, desenvolvimento e inovação (pelo lado da oferta). Adereçar as seguintes questões: Como a política pública pode promover este tipo de atividade por parte dos empresários? Qual o papel da política pública neste contexto de transformações.

Bibliografia

ARRETCHE, M. (org.) **Trajetórias das desigualdades**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BARASSA, E. **Trajetória Tecnológica Do Veículo Elétrico: Atores, Políticas E Esforços Tecnológicos No Brasil**. 2015. n. 1, p. 1–106.

BIRD. **Envelhecendo em um Brasil mais Velho**. Washington, D.C: Banco Mundial, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 1. São Paulo, ed. Paz e Terra, 2000.

DICKEN, Peter. **Mudança Global - Mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Bookman. 5ª ed. 2010.

MACEDO, M. **Fundamentos das políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil**. In: RAUEN, A (org). Políticas de inovação pelo lado da demanda no Brasil. Brasília: Ipea, 2017.

TOLMASQUIM, M. (Coord) **Energia Renovável: Hidráulica, Biomassa, Eólica, Solar, Oceânica**. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética, 2016.

Bibliografia complementar

BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, R (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus: SOBBET, 1996.

DOSI, G. **Mudança Técnica e Transformação Industrial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

HALL, B.H., Innovation and diffusion. In: FAGERBERG, J., MOWERY, D.C., NELSON, R.R. (Eds.), **Oxford Handbook of Innovation**. Oxford University Press, Oxford, pp. 459–484, 2005.

OECD (2016), OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-en5>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ROSENBERG, N. O Quão Exógena é a Ciência? **Revista Brasileira de Inovação**, 2006.

ROSENBERG, N. Sobre as expectativas tecnológicas. In: ROSENBERG, Nathan. **Por dentro da caixa preta: tecnologia e economia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos que circulam entre as pessoas e a origem de sua produção; aprofunda-se no conhecimento científico ao tratar do conceito de verdade, da compreensão histórica da ciência e de sua natureza e métodos. Aborda ainda as características de um projeto de pesquisa, do seu desenvolvimento e do relatório de apresentação dos resultados, sempre pautadas pela ética do pesquisador.

Objetivo da disciplina: Distinguir as características dos diferentes tipos de conhecimento. Compreender como o conhecimento científico é produzido. Elaborar um projeto de pesquisa. Desenvolver um projeto de pesquisa. Elaborar um relatório de pesquisa na forma de um artigo

científico. Adotar as normas acadêmicas no desenvolvimento da sua pesquisa. Seguir os princípios éticos de um pesquisador rigoroso.

Conteúdo Programático 1: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Apresentação dos aspectos importantes da origem do saber científico.

Conteúdo Programático 2: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Reflexão sobre a idealização da ciência como esfera da verdade. Apresentação dos aspectos importantes do pensamento científico.

Conteúdo Programático 3: Apresentação dos autores e aspectos das suas obras que contribuíram para o surgimento do pensamento científico. Reflexão da visão geral dos dois pilares fundamentais do pensamento científico moderno. Identificação das perspectivas divergentes da metodologia e da filosofia das ciências naturais e sociais presentes nos debates contemporâneos.

Conteúdo Programático 4: Identificação da taxonomia das pesquisas nas Ciências quanto ao seu enfoque e quanto aos seus objetivos. Apresentação da natureza, o valor e a utilidade desses estudos.

Conteúdo Programático 5: Identificação da taxonomia das pesquisas nas ciências quanto à natureza, os procedimentos de coleta e às fontes de informação. Conhecimento da natureza, o valor e a utilidade desses tipos de pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprimoramento e estruturação formal do processo de pesquisa. Apresentação dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa científica. Obtenção de um *checklist* de planejamento de projeto.

Conteúdo Programático 7: Reconhecimento dos relatórios de resultados de pesquisas acadêmicas. Compreensão dos elementos que integram um relatório de pesquisa. Obtenção de um *checklist* para avaliação da própria pesquisa e para a redação de relatório.

Conteúdo Programático 8: Reflexão sobre a ética e a integridade na prática da pesquisa científica. Identificação das modalidades de fraude ou má conduta em publicações. Conhecimento das diretrizes para a boa conduta em publicações.

Bibliografia:

APPOLINARIO, Fábio. **Metodologia da Ciência:** filosofia e prática de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa:** guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FURTADO, José Augusto P. X. **Trabalhos acadêmicos em Direito e a violação de direitos autorais através de plágio.** Site: Jus Navigandi, 09/2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3493/trabalhos-academicos-em-direito-e-a-violacao-de-direitos-autorais-atraves-de-plagio>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GLASER, André. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Valinhos: Anhanguera Educacional, 2014. Disponível em: <www.anhanguera.com>. Acesso em: 21 jan. 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Hernadéz; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução: Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3 ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

Bibliografia complementar:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et. al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 10. Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: Educ, 2001.

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. (organizadores) **A Bússola do Escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Disponível em <http://www.memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** [organizado por] e; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALVEZZI, Mariana. **Política Identitária Verde**: uma questão de emancipação. 2011. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. São Paulo, 2011.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciene de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

